

- 1- [ATAS](#)
 - 1.1- [26ª Reunião Ordinária de Debates](#)
 - 1.2- [Reunião de Comissão](#)
 - 2- [ORDENS DO DIA](#)
 - 2.1- [Plenário](#)
 - 2.2- [Comissões](#)
 - 3- [EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
 - 3.1- [Plenário](#)
 - 3.2- [Comissões](#)
 - 4- [TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES](#)
 - 5- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
 - 6- [ERRATA](#)
-

ATAS

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 19 DE JUNHO DE 1995

Presidência dos Deputados Sebastião Navarro Vieira e Ibrahim Jacob

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Atas (2) - Correspondência: Ofício nº 4/95, do Governador do Estado (comunica seu afastamento do País) - Ofícios, telegramas e cartões - **Apresentação de Proposições:** Projeto de Lei nº 313/95 - **Comunicações:** Comunicações das Comissões de Fiscalização Financeira e de Administração Pública, da Deputada Maria Olívia e dos Deputados Paulo Schettino (2), Toninho Zeitune (2) e Francisco Ramalho - **Oradores Inscritos:** Discurso do Deputado Ermano Batista - **2ª Fase:** Abertura de inscrições - Leitura de comunicações apresentadas - **ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.**

ABERTURA

- Às 20h15min, comparecem os Deputados:

Sebastião Navarro Vieira - Rêmoló Aloise - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anderson Adauto - Anivaldo Coelho - Arnaldo Canarinho - Bonifácio Mourão - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Elbe Brandão - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Irani Barbosa - João Leite - José Braga - José Henrique - Marco Régis - Olinto Godinho - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto.

O Sr. Presidente (Deputado Sebastião Navarro Vieira) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

1ª Fase

Atas

- **O Deputado Ibrahim Jacob**, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Correspondência

- **O Deputado Rêmoló Aloise**, 1º-Secretário, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Nº 4/95, do Governador do Estado, comunicando sua ausência do Estado no período de 15 a 19 do corrente para realizar viagem aos Estados Unidos.

Do Sr. Eduardo Barbosa, Deputado Federal, agradecendo o envio da publicação "Resultados Eleitorais - Eleições de 1994".

Do Sr. Darcísio Perondi, Deputado Federal, comunicando que assumiu o cargo de relator da Comissão Especial de Saúde, que emitirá parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 169/93, que trata dos recursos orçamentários para a manutenção do

SUS. (- À Comissão de Saúde e Ação Social.)

Do Sr. José Ferraz, Secretário do Trabalho, encaminhando documentos em que os Colegiados de Diretores de Lagoa da Prata, de Carmo da Mata e de Itaúna e a Câmara Municipal de Lagoa da Prata solicitam a aprovação do Projeto de Lei nº 44/95, do Deputado Ermano Batista. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 44/95.)

Do Sr. Santos Moreira da Silva, Secretário da Segurança Pública (3), informando, em resposta a pedido feito pelo Deputado Paulo Schettino, que foram determinados às chefias dos setores competentes daquele órgão estudos que o habilitem a decidir sobre o restabelecimento da Casa de Custódia do Policial Civil; comunicando, em resposta a solicitação do Deputado Geraldo Nascimento, que o DETRAN-MG não dispõe de nomes, endereços e qualificação de vítimas fatais ou com ferimentos, concernentes a acidentes ocorridos de janeiro de 1992 até a presente data, no trecho da BR-381 compreendido entre esta Capital e Governador Valadares, e sugerindo seja consultada, a esse respeito, a Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em cuja área de competência está incluída a mencionada rodovia; encaminhando cópias dos ofícios por ele enviados ao Diretor-Geral do Departamento Estadual de Obras Públicas, em que trata do pedido feito pelo Deputado Gil Pereira (reforma do prédio da cadeia pública da sede do Município de São João da Ponte.)

Do Sr. Eliseu Santos, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, agradecendo o envio de relatórios de projetos de lei desta Casa e solicitando o envio de outras listagens de proposições e dos Projetos de Lei nºs 56 e 206/95; em retribuição, encaminha cópias dos projetos de lei daquela Casa.

Do Sr. Geraldo José Martins, Prefeito Municipal de Cordisburgo, manifestando-se a favor da emancipação do Distrito de Lagoa Bonita. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Do Sr. Antônio Alves de Miranda, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata, agradecendo a realização de audiência pública regional naquele município.

Das Sras. Zazá Schettino, Vereadora à Câmara Municipal de Belo Horizonte, e Glaura Vasques de Miranda, Secretária Municipal de Educação, agradecendo o convite para a reunião especial em homenagem à PMMG.

Do Sr. Ruy José Vianna Lage, Presidente da COPASA-MG, acusando o recebimento de convite para reunião destinada a tratar da construção da hidrelétrica de Miranda e comunicando que o assunto não se relaciona com as atividades daquela empresa, razão pela qual considera dispensável a sua presença.

Do Sr. José Paixão Soldate, Chefe de Gabinete da Secretaria de Recursos Minerais, informando, em atenção a requerimentos do Deputado Dimas Rodrigues (solicitando benefícios para o Norte de Minas), que foi encaminhado ofício ao Departamento de Recursos Hídricos do Estado a fim de que examine o assunto e informe aquela Secretaria sobre as providências tomadas.

Do Sr. Haroldo Vítor de Azevedo Santos, Assessor da Subchefia de Relações Intergovernamentais da Casa Civil da Presidência da República (2), informando, a respeito de requerimentos do Deputado Carlos Pimenta, que os pedidos foram encaminhados ao Ministério do Planejamento e Orçamento, para exame e providências cabíveis.

Da Sra. Maria José Ferreira Vieira, Secretária-Geral da Câmara Municipal de São José dos Campos, encaminhando cópia do Requerimento nº 2.146, de autoria do Vereador João Bosco. (- À Comissão de Defesa Social.)

Do Sr. Antônio Luiz Musa de Noronha, Diretor da Superintendência Central de Orçamento da Secretaria do Planejamento, encaminhando exemplar dos orçamentos fiscal e de investimento do Estado para o ano de 1995. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. João Carlos Pinto Dias, Coordenador Regional da Fundação Nacional de Saúde em Minas Gerais, encaminhando cópia de moção aprovada pelos participantes do Simpósio de Atualização da Doença de Chagas, reunidos no XXI Congresso Argentino de Cardiologia, e exemplar do boletim da Organização Mundial de Saúde - OMS -, que trata de análise sobre a doença de Chagas, na América Latina.

Do Sr. Sérgio Carvalho de Castro (6), Diretor-Superintendente de Bens Imóveis da Secretaria de Administração, informando, sobre os Ofícios nºs 796, 797, 798, 799, 801 e 860/95/SGM, que essa Superintendência consultou as Secretarias competentes a respeito dos Projetos de Lei nºs 134, 137, 162, 133, 132 e 177/95 e que tão logo elas se manifestem esta Casa será cientificada. (- À Comissão de Justiça.)

Do Sr. Wilson de Souza Vieira, Presidente da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - GRANBEL -, agradecendo o ofício a ele enviado por esta Casa, reconhecendo seu trabalho à frente da mencionada Associação.

Do Sr. Francisco Martins Rios Morais e outros, Auxiliares de Secretaria II, lotados na Escola Estadual Padre Herculano Paz, em Itapeçerica, abaixo-assinado solicitando que esta Casa interceda junto à Secretariade Administração para que aumente sua jornada de trabalho de seis para oito horas diárias, bem como seu vencimento, conforme dita a Portaria nº 3/95, do IEDHRU. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. Geraldo Henrique Alves, Presidente da Associação de Defesa da Criança, do Adolescente, Direitos Humanos e Cidadania - ADCA -, apresentando a esta Casa a referida entidade, encaminhando cópia do ofício enviado ao Governador do Estado solicitando providências quanto à regulamentação de dispositivos da Constituição Estadual que tratam dos direitos humanos e solicitando a esta Casa apoio e as medidas necessárias para se alcançar o mencionado fim. (- À Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais.)

Da Sra. Eliana Oliveira Marques e Lamounier e outros, aprovados no concurso para Auxiliar de Secretaria II, abaixo-assinado solicitando sua nomeação para o referido cargo. (- À Comissão de Administração Pública.)

TELEGRAMAS

Dos Srs. Zaire Resende e Philemon Rodrigues, Deputados Federais; José Maria Caldeira, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho; Amílcar Martins, Secretário da Casa Civil; João Batista dos Mares Guia, Secretário Adjunto da Educação; e Amaury T. Machado, do Gabinete da Presidência da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, agradecendo o convite para a reunião especial em homenagem à Polícia Militar deste Estado, pelos seus 220 anos de existência.

Do Sr. Amílcar Martins, Secretário da Casa Civil, agradecendo a remessa dos volumes I e II da publicação "Resultados Eleitorais - Eleições de 1994".

CARTÕES

Do Sr. Armando Costa, Deputado Federal, agradecendo convite para a reunião em homenagem ao Senador Darcy Ribeiro.

Dos Srs. Armando Costa, Fernando Alberto Diniz, Francisco Horta, Deputados Federais, Tomaz Aroldo da Mota Santos, Reitor da UFMG, da Sra. Raquel Scarlatelli, Vereadora à Câmara Municipal de Belo Horizonte, dos Srs. José Maria Borges, Presidente do IPSEMG, Fábio Eugênio Ferreira Lima, Secretário Adjunto da Habitação, e da Sra. Maria Regina Nabuco, Secretária Municipal de Abastecimento, agradecendo convite para a reunião em homenagem à PMMG.

Das Sras. Maria Elvira, Deputada Federal, Berenice Menegale, Secretária da Cultura, e do Sr. Patrus Ananias, Prefeito de Belo Horizonte, agradecendo o recebimento da publicação "Resultados Eleitorais - Eleições de 1994".

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para a 1ª fase do Pequeno Expediente.

Apresentação de Proposições

- Nesta oportunidade, é encaminhada à Mesa a seguinte proposição:

PROJETO DE LEI Nº 313/95

Declara de utilidade pública a Congregação de Santa Dorotéia do Brasil - Colégio Paula Frassinetti, com sede no Município de São Sebastião do Paraíso.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Congregação de Santa Dorotéia do Brasil - Colégio Paula Frassinetti, com sede no Município de São Sebastião do Paraíso.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 7 de junho de 1995.

Alencar da Silveira Júnior

Justificação: A Congregação de Santa Dorotéia do Brasil tem como finalidade primordial lutar por educação, saúde e infra-estrutura - água, luz e transporte coletivo -, o que contribui para a conscientização da comunidade e para sua participação na solução de seus principais problemas.

Diante disso, entendemos que a associação merece o título declaratório de utilidade pública no âmbito estadual.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde e Ação Social, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

COMUNICAÇÕES

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Fiscalização Financeira e de Administração Pública, da Deputada Maria Olívia e dos Deputados Paulo Schettino (2), Toninho Zeitune (2) e Francisco Ramalho.

Oradores Inscritos

- **O Deputado Ermano Batista** profere discurso, que será publicado em outra edição.

2ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Ibrahim Jacob) - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª fase do Pequeno Expediente, compreendendo a leitura de comunicações e pronunciamentos de Líderes inscritos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

Leitura de Comunicações Apresentadas

- A seguir, a Presidência dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta

reunião pela Comissão de Fiscalização Financeira - aprovação, na 7ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos n°s 215/95, do Deputado Raul Lima Neto, e 433/95, do Deputado Antônio Roberto; e pela Comissão de Administração Pública - aprovação, na 8ª Reunião Ordinária, dos Projetos de Lei n°s 36/95, do Deputado Francisco Ramalho, e 66/95, do Deputado Wanderley Ávila; pela Deputada Maria Olívia - sua ausência do dia 15/5/95 ao dia 19/6/95, por motivo de viagem particular ao exterior (Ciente. Publique-se.); e pelos Deputados Paulo Schettino (2) - falecimento das Sras. Nilza Maria Agdo e Alba Ramalho de Souza, nesta Capital; Toninho Zeitune (2) - falecimento dos Srs. Rosendo Rezende e Benedicto Gherardo Lopes, em Guaxupé (Ciente. Oficie-se.); e Francisco Ramalho, Líder do PSDB - filiação da Deputada Maria Olívia de Castro e Oliveira, a partir de 8/6/95 (Ciente. Publique-se.).

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Não havendo outras comunicações a serem feitas, Líderes inscritos nem oradores para o Grande Expediente, a Presidência encerra a reunião e convoca os Deputados para a especial de amanhã, dia 20, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, bem como para a ordinária deliberativa da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada pelo Sr. Presidente é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia sete de junho de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Batista de Oliveira, Ivair Nogueira, José Maria Barros, Sebastião Costa e Anderson Aduino (este substituindo ao Deputado José Henrique, por indicação da Liderança do PMDB), membros da Comissão supracitada, bem como os Deputados Ajalmar Silva, José Braga, Clêuber Carneiro, Dinis Pinheiro, Elbe Brandão, Paulo Piau e Carlos Pimenta. Havendo número regimental e na ausência do Deputado José Henrique, o Deputado João Batista de Oliveira assume a Presidência, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Sebastião Costa que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência comunica que a reunião se destina a apreciar a matéria constante em pauta. Neste momento, o Deputado João Batista de Oliveira passa a direção dos trabalhos ao Deputado Dílzon Melo, que informa os relatores designados para os seguintes processos de emancipação: Deputado José Maria Barros, Requerimentos de Emancipação n°s 82, 151, 159, 165, 168 e 171/95; Deputado Sebastião Costa, Requerimentos de Emancipação n°s 144, 147, 155, 167 e 179/95; Deputado Dimas Rodrigues, Requerimentos de Emancipação n°s 148, 164, 166, 176 e 177/95; Deputado Ivair Nogueira, Requerimentos de Emancipação n°s 154, 152, 153, 156, 157, 160, 169 e 174/95; Deputado João Batista de Oliveira, Requerimentos de Emancipação n°s 141, 150, 158, 161, 170 e 172/95; Deputado José Henrique, Requerimentos de Emancipação n°s 146, 162 e 178/95; Deputado Dílzon Melo, Requerimentos de Emancipação n°s 145, 149, 163, 173 e 175/95. O Deputado José Maria Barros é designado para fazer a leitura de três correspondências: Ofício n° 108/95, da Prefeitura Municipal de Igarapé, pelo qual a Comissão é convidada a fazer uma visita ao município; Moção n° 9/95, da Câmara Municipal de Jabuticatu, na qual congratula-se a população do Distrito de Vila Almeida pelo importante passo rumo à emancipação; ofício do Sindicato Rural de Uberaba, manifestando o descontentamento da classe produtora rural em relação ao desmembramento do Distrito de Delta, no Município de Uberaba. O Deputado Anderson Aduino faz uso da palavra, declarando-se favorável à emancipação do Distrito de Delta, e esclarece que sua emancipação não trará conseqüências negativas do ponto de vista econômico ao Município de Uberaba, pois os limites do distrito não abrangem o atual distrito industrial do distrito-sede. Esgotada a matéria destinada à 1ª parte da reunião, a Presidência passa à 2ª fase da ordem do dia, compreendendo a discussão e a votação de proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia. A seguir, são lidos, discutidos e aprovados por unanimidade, cada um por sua vez, os pareceres sobre os seguintes processos de

emancipação, bem como os respectivos requerimentos a serem encaminhados ao Presidente da Assembléia com a solicitação de encaminhamento de ofício ao TRE para que se proceda à consulta plebiscitária nos distritos emancipados, nos termos do inciso III do art. 7º da Lei Complementar nº 37, de 1995: do Deputado João Batista de Oliveira, parecer sobre o Requerimento de Emancipação nº 123/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, referente ao Distrito de Carvalho de Brito, no Município de Sabará; do Deputado Sebastião Costa, pareceres sobre os Requerimentos de Emancipação nºs 139/95, do Deputado Romeu Queiroz, referente ao Distrito de Quintinos, no Município de Carmo do Paranaíba; 144/95, do Deputado Geraldo Santanna, referente ao Distrito de Berizal, no Município de Taiobeiras; 147/95, do Deputado Ivair Nogueira, referente ao Distrito de Serra Azul, no Município de Mateus Leme; 155/95, do Deputado Romeu Queiroz, referente ao Distrito de Monte Formoso, no Município de Joaíma; do Deputado Dílzon Melo, pareceres sobre os Requerimentos de Emancipação nºs 119/95, do Deputado Ermano Batista, referente ao Distrito de Nova Belém, no Município de Mantena; 145/95, do Deputado Hely Tarquínio, referente aos Distritos de Luislândia do Oeste e Veredas, no Município de João Pinheiro; redistribuído ao Deputado José Maria Barros, parecer sobre o Requerimento de Emancipação nº 140/95, do Deputado Geraldo Santanna, referente ao Distrito de Novo Horizonte, no Município de Salinas; do Deputado Ivair Nogueira, pareceres sobre os Requerimentos de Emancipação nºs 153/95, do Deputado Romeu Queiroz, referente ao Distrito de Santana do Tabuleiro, no Município de Raul Soares; 146/95, do Deputado Sebastião Costa, referente ao Distrito de São Pedro do Avai, no Município de Manhuaçu. O Deputado Sebastião Costa, relator do Requerimento de Emancipação nº 114/95, do Deputado Jairo Ataíde, referente ao Distrito de Fernão Dias, no Município de Brasília de Minas, apresenta requerimento solicitando vistoria "in loco" para averiguar a existência de núcleo urbano com mais de 400 moradias nos Distritos de Fernão Dias e Luislândia, no Município de Brasília de Minas, o qual é deferido pela Presidência. Neste momento, o Deputado Sebastião Costa ausenta-se da reunião e é substituído pelo Deputado Clêuber Carneiro, por indicação da Liderança do PFL. A Presidência passa a palavra ao Deputado José Maria Barros, relator do Requerimento de Emancipação nº 70/95, do Deputado Irani Barbosa, referente ao Distrito de Delta, no Município de Uberaba, que apresenta requerimento solicitando seja enviado ofício ao Prefeito Municipal de Uberaba para que informe sobre a existência ou não de edifício capaz de sediar o Governo Municipal e órgãos de segurança, no Distrito de Delta, o qual é deferido pela Presidência. A seguir, o Deputado Anderson Aduato apresenta requerimento para que seja feita uma vistoria "in loco" no Distrito de Delta para verificar a existência ou não de edifício capaz de sediar o Governo Municipal e órgãos de segurança. O Presidente recebe o requerimento e informa que a Comissão aguardará a resposta da Prefeitura Municipal de Uberaba para que outras providências possam ser adotadas. O Deputado José Maria Barros apresenta parecer sobre representação da Prefeitura de Igarapé, que solicita o arquivamento do Requerimento de Emancipação nº 18/95, do Deputado Dinis Pinheiro, referente ao Distrito de São Joaquim de Bicas, no Município de Igarapé. O relator conclui pela improcedência da representação e pelo reenvio ao Plenário do requerimento que solicita encaminhamento de ofício ao TRE para a realização de consulta plebiscitária no referido distrito. Durante a fase de discussão, o Deputado Dinis Pinheiro tece comentários sobre o parecer, conforme consta nas notas taquigráficas. Colocado em votação, é o parecer aprovado por unanimidade. A seguir, o Deputado José Maria Barros emite seu parecer sobre requerimento do Deputado Carlos Pimenta apresentado em Plenário, no qual solicita o arquivamento do Requerimento de Emancipação nº 82/95, do Deputado Clêuber Carneiro, referente ao Distrito de Miravânia, no Município de Manga. O relator conclui pela improcedência do requerimento e pelo conseqüente reenvio ao Plenário do requerimento que solicita encaminhamento de ofício ao TRE para a realização de consulta plebiscitária no referido distrito. Durante a fase de discussão, fazem uso da palavra os Deputados Carlos Pimenta, Clêuber Carneiro e João Batista de Oliveira, conforme consta nas notas taquigráficas. Colocado em votação, é o parecer aprovado por unanimidade. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos. Sala das Comissões, 14 de junho de 1995. José Henrique, Presidente - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Ivair Nogueira - Sebastião Costa - Paulo Piau - João Batista de Oliveira.

ORDEM DO DIA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 21/6/95

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de Xonim de Cima e Xonim de Baixo, quanto à sua emancipação do Município de Governador Valadares.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Oratórios, quanto à sua emancipação do Município de Ponte Nova.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Campina de São Sebastião (ex-Senador Mourão), quanto à sua emancipação do Município de Diamantina.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de Barra do Ariranha e Limeira de Mantena, quanto à sua emancipação do Município de Mantena.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Quartel do Sacramento, quanto à sua emancipação do Município de Bom Jesus do Galho.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de São Vicente da Estrela, quanto à sua emancipação do Município de Raul Soares.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Honorópolis, quanto à sua emancipação do Município de Campina Verde.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de São José do Triunfo e Cachoeira de Santa Cruz, quanto à sua emancipação do Município de Viçosa.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Marilândia, quanto à sua emancipação do Município de Itapecerica.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Ravena, quanto à sua emancipação do Município de Sabará.

Requerimento nº 171/95, do Deputado Geraldo Nascimento, solicitando ao Governador do Estado informações sobre a dívida do Estado com a construtora Mendes Júnior, bem como sobre a dívida da referida construtora com o Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 254/95, do Deputado Gilmar Machado, solicitando ao Secretário da Segurança Pública um quadro estatístico dos acidentes ocorridos nas rodovias do Estado nos últimos três anos, na forma que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 11/95, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação de cargos nos quadros das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 2 a 4, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 2, da Comissão de Administração Pública, e pela rejeição das Emendas nºs 3 e 4, também apresentadas pela Comissão de Administração Pública. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação das Emendas nºs 7 e 8, na forma das subemendas que receberam o nº 1, e pela rejeição das Emendas nºs 5, 6 e 9.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 219/95, do Governador do Estado, que transfere a Superintendência Central de Pagamento de Pessoal da Secretaria da Fazenda para a Secretaria de Recursos Humanos e Administração e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 78/95, do Deputado Paulo Pettersen, que dispõe sobre a permuta de nota fiscal por ingressos para evento esportivo, artístico ou cultural. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 21/6/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 7/95, da Deputada Maria José Haueisen.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 21/6/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 44/95, do Deputado Ermano Batista; 42/95, do Deputado João Batista de Oliveira; 47/95, do Deputado José Bonifácio; 199/95, do Procurador-Geral de Justiça.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 21/6/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 64/95, do Deputado Marcos Helênio; 118/95, do Deputado Wanderley Ávila.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 139/95, do Deputado João Batista de Oliveira; 109/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 21/6/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos de Emancipação nºs 138/95, do Deputado Ajalmar Silva; 169/95, da Deputada Elbe Brandão; 151 e 168/95, do Deputado Ermano Batista; 156/95, do Deputado José Henrique; 175/95, do Deputado Kemil Kumaira; 157/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 178/95, do Deputado Simão Pedro Toledo; 150/95, do Deputado Wanderley Ávila.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 22/6/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 156/95, do Deputado Arnaldo Canarinho; 16/95, do Deputado João Batista de Oliveira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 143 e 158/95, do Deputado Ajalmar Silva; 152 e 153/95, do Deputado Antônio Júlio; 100/95, do Deputado Bonifácio Mourão; 97/95, da Deputada Elbe Brandão; 90 e 189/95, do Deputado Francisco Ramalho; 154/95, do Deputado João Batista de Oliveira; 128/95, do Deputado José Bonifácio; 82/95, do

Deputado Marcelo Cecé; 99 e 145/95, da Deputada Maria Olívia; 150/95, do Deputado Paulo Pettersen; 127/95, do Deputado Romeu Queiroz; 151/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 142/95, do Deputado Simão Pedro Toledo; 81, 135, 147, 179, 181 e 188/95, do Deputado Wanderley Ávila.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 226/95, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 216/95, do Deputado Carlos Pimenta; 92/95, do Deputado Francisco Ramalho; 213/95, do Deputado Jorge Hannas; 160/95, da Deputada Maria Olívia; 197/95, do Deputado Miguel Martini; 217/95, do Deputado Olinto Godinho; 172/95, do Deputado Romeu Queiroz; 198/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 221/95, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 209/95, do Deputado Wanderley Ávila.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA, NO PRAZO DE 60 DIAS, CONHECER, DEBATER, PROPOR E ACOMPANHAR TODAS AS AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL DESENVOLVIDAS NO PROPOSTO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA CIA. VALE DO RIO DOCE - CVRD -, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 22/6/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: tratar de assuntos de interesse da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, § 2º, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 9 horas do dia 21/6/95, destinada ao prosseguimento do Ciclo Nacional de Debates, com a discussão do tema Política de Juros e Estabilidade Econômica.

Palácio da Inconfidência, 20 de junho de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, I, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 21/6/95, destinada à apreciação dos Projetos de Lei nºs 11/95, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação de cargos nos quadros das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada do Estado e dá outras providências, 21/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, que estabelece a obrigatoriedade do uso do cinto de segurança nos veículos automotores do transporte coletivo intermunicipal, 54/95, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre a implementação de medidas necessárias à prevenção e ao tratamento do câncer da mama e do câncer ginecológico, 78/95, do Deputado Paulo Pettersen, que dispõe sobre a permuta de nota fiscal por ingressos para evento esportivo, artístico ou cultural, e 219/95, do Governador do Estado, que transfere a Superintendência Central de Pagamento de Pessoal da Secretaria da Fazenda para a Secretaria de Recursos Humanos e Administração e dá outras providências; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 20 de junho de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 4/95, do Deputado José Bonifácio e Outros, que Acrescenta as Expressões "Latim" e "Escolas Privadas" ao Parágrafo Único do Art. 195 da Constituição do Estado de Minas Gerais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bonifácio Mourão, Kemil Kumaira, Geraldo Rezende, Elmo Braz, Dimas Rodrigues, Ajalmar Silva, João Leite, Arnaldo Penna, Leonídio Bouças, Sebastião Costa, Gilmar Machado, Durval Ângelo, Elbe Brandão e Carlos Pimenta, membros da Comissão supracitada, para as reuniões a serem realizadas nos dias 21 e 22 do corrente, às 15 horas, no Plenarinho IV, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator da matéria e de se programarem os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de junho de 1995.
Simão Pedro Toledo, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n° 5/95, do Deputado Leonídio Bouças e Outros, Que Dá Nova Redação ao Inciso III do Art. 64 da Constituição do Estado de Minas Gerais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Anderson Adauto, Antônio Roberto, Antônio Genaro, Luiz Antônio Zanto, Miguel Barbosa, Marcelo Cecé, Arnaldo Penna, Hely Tarquínio, Cléuber Carneiro, Leonídio Bouças, Ivo José, Anivaldo Antônio, Ivair Nogueira, Carlos Pimenta, membros da Comissão supracitada, para as reuniões a serem realizadas nos próximos dias 21 e 22, às 15h15min, no Plenarinho IV, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator e de se programarem os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de junho de 1995.
Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente "ad hoc".

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1/95

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária
Relatório

De autoria do Deputado Anderson Adauto, o projeto de lei em análise acrescenta inciso ao art. 5º da Lei Complementar nº 37, de 18/1/95.

Aprovado no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, retorna agora o projeto a esta Comissão para que sejam elaborados o parecer para o 2º turno e a redação do vencido, que o integra.

Fundamentação

O processo de emancipação de municípios derivou de forte anseio popular, percebido pela classe política.

Observou-se, contudo, a ocorrência de alguns equívocos, que acabaram gerando dificuldades financeiras para alguns municípios.

Em razão desses problemas, foi apresentado o projeto de lei em exame, aprimorado posteriormente por meio da participação de diversos parlamentares.

Tais discussões resultaram na elaboração do Substitutivo nº 2, que deverá minimizar os problemas observados no processo de emancipação de municípios.

Parece-nos, entretanto, que a fixação do índice de 80% como o percentual máximo que um município pode ceder de sua área territorial em conseqüência de emancipações é mais razoável e justa, pois, embora permita a participação, se for o caso, de vários distritos, salvaguarda o mínimo indispensável à sobrevivência do município remanescente. Para tanto, apresentamos a Emenda nº 1, adiante redigida.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 1/95 na forma do vencido no 1º turno e com a Emenda nº 1, a seguir redigida.

EMENDA Nº 1

Substitua-se, no art. 1º, a expressão "70% (setenta por cento) de sua área territorial" pela expressão "80% (oitenta por cento) de sua área territorial".

Redação do Vencido no 1º Turno

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1/95

Altera a Lei Complementar nº 37, de 18 de janeiro de 1995, que dispõe sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam acrescentados ao art. 5º da Lei Complementar nº 37, de 18 de janeiro de 1995, os seguintes incisos:

"Art. 5º -

IV - a perda de distrito industrial;

V - a perda de mais de 70% (setenta por cento) de sua área territorial, tomando-se como referência aquela existente em 1º de janeiro do segundo ano posterior ao das últimas eleições municipais;

VI - a perda de mais de 3 (três) distritos por emancipação, no ano em que ocorrerem as emancipações;

VII - a perda de mais de 70% (setenta por cento) de suas receitas correntes e de capital, tomando-se como referência a média da arrecadação dos 3 (três) últimos exercícios financeiros anteriores ao início do processo, salvo acordo entre as partes.".

Art. 2º - Ficam acrescentados ao art. 5º da Lei Complementar nº 37, de 18 de janeiro de 1995, os seguintes parágrafos:

"Art. 5º -

§ - Considera-se distrito industrial, para os fins desta lei, aquele projetado e implantado pela Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais - CDI-MG - há pelo menos 2 (dois) anos, que esteja em pleno e ininterrupto funcionamento e cuja área efetivamente industrializada seja superior a 50% (cinquenta por cento) de sua base territorial.

§ - Admite-se a perda de até 4 (quatro) distritos por emancipação quando ocorrer a fusão de 2 (dois) ou mais distritos, para formar-se um novo município.

§ - Quando se verificar que 2 (duas) ou mais emancipações, pretendidas em relação a um mesmo município remanescente, resultarão, em seu conjunto, no descumprimento de qualquer das condições previstas nos incisos V, VI e VII deste artigo, será dada preferência aos distritos cuja zona urbana esteja mais distante, em linha reta, da zona urbana da sede do município remanescente.".

Art. 3º - Os incisos I e II do art. 7º da Lei Complementar nº 37, de 18 de janeiro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º -

I - formação de uma Comissão Emancipacionista, que se responsabilizará pela organização dos documentos necessários, por seu encaminhamento à Assembléia Legislativa e pelo acompanhamento do processo em todas as fases;

II - encaminhamento à Assembléia Legislativa de representação, assinada por, no mínimo, 7% (sete por cento) dos eleitores inscritos na área territorial a ser emancipada e identificados por meio do número do título de eleitor, da seção e da zona eleitoral, em lista organizada por entidade legalmente constituída, que se responsabilizará pela idoneidade das assinaturas, dispensado o reconhecimento de firmas, e instruída com:

a) os documentos de que trata o parágrafo único do art. 3º;

b) cópia autenticada da ata de constituição da Comissão Emancipacionista, registrada em cartório de títulos e documentos;

c) cópia autenticada da ata da eleição da diretoria da entidade que se responsabilizar pelas assinaturas da representação, registrada em cartório de títulos e documentos;

d) cópia autenticada do cartão de CGC, ou cópia do estatuto registrado em cartório de títulos e documentos, da entidade acima mencionada;".

Art. 4º - Ficam acrescentados ao art. 7º da Lei Complementar nº 37, de 18 de janeiro de 1995, os seguintes incisos III e IV e renumerados os demais incisos:

"Art. 7º -

III - recebimento da representação, acompanhada da documentação mencionada no inciso anterior, mediante requerimento de Deputado;

IV - encaminhamento do processo para a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para diligências e instrução complementar com a seguinte documentação:

a) mapa da área emancipanda, elaborado pelo Instituto de Geociências Aplicadas - IGA -, acompanhado da proposta de alteração de limites;

b) inventário patrimonial dos bens móveis municipais localizados na área emancipanda;

c) relação discriminada dos servidores municipais lotados na área emancipanda.".

Art. 5º - Ficam acrescentados ao art. 7º da Lei Complementar nº 37, de 18 de janeiro de 1995, os seguintes parágrafos:

"Art. 7º -

§ 1º - Considera-se iniciado o processo de criação de município com o protocolo do requerimento em conformidade com o inciso III.

§ 2º - Havendo mais de uma Comissão Emancipacionista na mesma área emancipanda, terá precedência aquela cuja representação tenha sido recebida em primeiro lugar pela Assembléia Legislativa nos termos do § 1º.

Ao primeiro processo serão anexados os posteriores e as demais comissões serão consideradas sucessivamente segundo a ordem de sua apresentação em caso de afastamento da comissão anterior.

§ 3º - O fim da legislatura não ocasionará o arquivamento dos processos em tramitação.".

Art. 6º - O art. 8º da Lei Complementar nº 37, de 18 de janeiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º - O município a que pertencer a área emancipanda poderá contestar, junto à Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, os dados apresentados, até a aprovação, pelo Plenário da Assembléia Legislativa, do requerimento de que trata o

inciso V do art. 7º, cabendo-lhe o ônus da prova.

Parágrafo único - Após o protocolo do requerimento de que trata o § 1º do art. 7º e enquanto tramitar o projeto de lei mencionado no inciso IX do referido artigo, é vedada a edição de lei municipal que crie, organize ou suprima distrito ou que altere seus limites."

Art. 7º - A representação mencionada no § 2º do art. 5º da Lei Complementar nº 37, de 18 de janeiro de 1995, no caso de processos em tramitação na Assembléia Legislativa na data de publicação desta lei e cujo requerimento de solicitação de plebiscito já tenha sido aprovado pelo Plenário, poderá ser apresentada até o encerramento da discussão no 2º turno do projeto de lei de emancipação, desde que pertinente às circunstâncias acrescidas pelo art. 1º desta lei.

Art. 8º - Os processos, em qualquer fase de tramitação na Assembléia Legislativa na data de publicação desta lei, sujeitam-se às condições estabelecidas pela Lei Complementar nº 37, de 18 de janeiro de 1995, e por esta lei.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 30 de maio de 1995.

Miguel Martini, Presidente - Clêuber Carneiro, relator - Romeu Queiroz - Geraldo Rezende.

**PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI
Nº 121/95**

Comissão de Agropecuária e Política Rural
Relatório

O Projeto de Lei nº 121/95, do Deputado Sebastião Helvécio, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Goianá, com sede no Município de Rio Novo.

Aprovado o projeto no 1º turno, na forma proposta, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, nos termos do art. 104, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

Reiterando o posicionamento desta Comissão sobre a matéria, reconhecemos a pertinência de se declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Goianá, tendo em vista suas atividades direcionadas para o fomento e a racionalização das atividades no setor agropecuário e seu trabalho objetivando a melhoria das condições de vida de seus associados.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 121/95 no 2º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 19 de junho de 1995.

Olinto Godinho, relator.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 20/6/95, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.137, de 1995, assinou os seguintes atos relativos a cargos do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

exonerando, a partir de 21/6/95, Carmelita Moura Fonseca do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, com exercício no gabinete do Deputado Jairo Ataíde;

exonerando, a partir de 21/6/95, Cláudio José Carvalho Lamounier do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, com exercício no gabinete do Deputado Jairo Ataíde;

nomeando Elizabeth de Fátima Guimarães Tavares para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, com exercício no gabinete do Deputado Jairo Ataíde;

nomeando Cláudio José Carvalho Lamounier para o cargo em comissão e de recrutamento

amplo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, com exercício no gabinete do Deputado Jairo Ataíde.

AVISO DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 31/95

Em 14/6/95, despacho do Sr. Presidente autorizando, com base no art. 24, inciso VII, da Lei 8.666, de 1993, a aquisição de 90 fitas Betacam à TV Shop Distribuidora de Componentes Ltda. - R\$3.240,00.

ERRATA

ORDEM DO DIA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 20/6/95

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 20/6/95, pág. 50, col. 4, ao final da referência ao parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 45/95, acrescente-se:
"Incluído em ordem do dia para os fins do art. 288 do Regimento Interno."
